



AVISO DE DISPENSA ELETRONICA 0962026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº646/2026

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva da rede elétrica, incluindo adequação completa da infraestrutura elétrica, execução de reformas em pontos críticos, redimensionamento do sistema, fornecimento integral de materiais, equipamentos, peças e mão de obra. Cadastro de Propostas a partir do dia: **21/05/2026**. Abertura da Sessão: **26/05/2026 as 08h00min** - LOCAL: LICITANET -Licitações On-line www.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). **MENOR VALOR GLOBAL** no valor de **R\$74.335,63** Quaisquer informações, a Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste - RO, sito à Av. Brasil 3044, Bairro Redondo, de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07h:30min. às 13h:30min, para maiores informações. E-mail: cpl@altafloresta.ro.gov.br Fone: (69)3641-2734.

Alta Floresta D Oeste, 18/05/2026

CELIA FERRARI BUENO
Agente de Contratação



EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº96/2026
PROCESSO Nº646/2026

O Município de Alta Floresta Doeste/RO, vem por intermédio do pregoeiro/Agente Contratação designado pelo Decreto nº 10.979/2025, tornar público para conhecimento dos interessados que fará realizar **DISPENSA DE LICITAÇÃO, na sua forma ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, na hipótese do Art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas regulamentares estabelecidas neste ato convocatório, cujas propostas deverão ser entregues nos termos estipulados neste edital e seus anexos.

1 - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva da rede elétrica, incluindo adequação completa da infraestrutura elétrica, execução de reformas em pontos críticos, redimensionamento do sistema, fornecimento integral de materiais, equipamentos, peças e mão de obra.

1.2. Compõem e integram este Edital os seguintes Anexos:

- a) **ANEXO I:** Termo de Referência
- b) **ANEXO II:** Especificações Técnicas dos Produtos e Quantitativos (Modelo de Proposta)

1.3. LOCAL, DATA E HORA DE CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA:

- **CADASTRO DE PROPOSTAS A PARTIR DO DIA: 21/05/2026**
- **ABERTURA DA SESSÃO DIA: 26/05/2026 às 08h00min**
- **ENCERRAMENTO DA DISPUTA: 26/05/2026 às 14h00min**

Local: No endereço eletrônico: www.licitanet.com.br

1.4. PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA / DF.

2 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 – A Dispensa Eletrônica será realizada em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela INTERNET, mediante condição de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases. A partir do horário previsto neste **Edital**, a sessão pública na Internet será aberta automaticamente na data e horário previstos neste edital.

2.2 – Os trabalhos serão conduzidos por servidor (a), designado **Agente de Contratação**, com certificação digital.



2.3 – Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no LICITANET e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as constantes do Edital.

2.3.1 - VALOR ESTIMADO R\$74.335,63 (setenta e quatro mil e trezentos e trinta e cinco reais e sessenta e três centavos) *“Todas as Pesquisas de Preços, Cotações, Orçamentos, Valores Prévios e Cálculos, gastos estimados nos últimos anos, são de inteira responsabilidade do setor/autarquia que os efetuou, não cabendo assim qualquer responsabilidade do Agente de contratação ou à Comissão de Licitação”.*

3 – CREDENCIAMENTO

3.1 – Para participar da Dispensa Eletrônica, o licitante deverá estar credenciado no sistema eletrônico utilizado pelo município, através do site <https://licitanet.com.br/> ;

3.2 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

3.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a Dispensa na forma eletrônica;

3.4 – O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006 e alterações, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;

3.5 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4 – DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), exigidos no edital, **PROPOSTA** com a **“DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”**, incluindo **QUANTIDADE, PREÇO, MARCA/MODELO** (no caso de material que puder ser identificado por marca e modelo), até o horário limite de início da Sessão Pública, **horário de Brasília**, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação, **e, ainda, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico:**

4.2 – As propostas cadastradas no Sistema **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

4.3 - Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, **esta será DESCLASSIFICADA pelo Agente de Contratação;**



4.4 – A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;

4.5 – O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos.

4.6 – Na Proposta de Preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta dispensa;

4.7 – O envio da **proposta**, exigida neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

4.8 – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123 de 2006;

4.9 – Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir **a proposta** anteriormente inseridos no sistema;

4.10 – Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;

4.11 – Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como deve acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.12 - Os arquivos deverão estar preferencialmente, no formato PDF, seguindo a ordem de sequência, conforme o edital.

4.13 - No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

4.13.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.13.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.13.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.13.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;



4.13.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

4.13.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5 - ABERTURA DA SESSÃO, FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 **A partir das 08:00h** da data estabelecida neste Aviso de Dispensa, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Dispensa de Licitação.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,01 (um centavo).

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6 - JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS



6.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

6.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

6.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

6.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

6.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

6.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1. Contiver vícios insanáveis;

6.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



6.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço

6.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

07 - DA HABILITAÇÃO

07.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constante abaixo, serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

07.1.2 – Caso a licitante vencedora apresente a Certidão do Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF vigente, fica dispensado de apresentação dos documentos de habilitação, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômica:



7.1.3 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

7.1.4 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação do Agente de Contratação em CHAT, sob pena de inabilitação;

7.1.5 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

7.1.6 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

7.1.7 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

7.1.8 - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

8– OS LICITANTES DEVERÃO ENCAMINHAR OS SEGUINTE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) **Registro comercial**, no caso de empresa individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, ou;
- b) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** - e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores. No caso de alterações será admitido o estatuto ou o contrato consolidado, ou;
- c) **Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedade civil**, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
- d) **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira, em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, se a atividade assim o exigir, bem assim, documento em que identificados os seus administradores.
- e) Em se tratando de microempreendedor individual – **MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br , ou;



- f) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

8.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ** -

- a) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação da Certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social - INSS), admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

8.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.2.3.1 – Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida no domicílio da pessoa jurídica com data de

8.2.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL:

- a) A contratada deverá comprovar que possui atividade econômica compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação do cartão do CNPJ atualizado e do respectivo ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrado;
- b) Indicar responsável técnico devidamente habilitado (engenheiro eletricista ou profissional legalmente competente para execução dos serviços contratados);



-
- c) Comprovar capacidade técnico-operacional, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica compatível(is) com o objeto da contratação;
- d) Comprovar vínculo do responsável técnico com a empresa (contrato social, vínculo empregatício ou contrato de prestação de serviços);



TERMO DE REFERÊNCIA – TR

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO ELÉTRICA

(Dispensa Eletrônica – Lei nº14.133/2021)

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÕES E FINANÇAS

MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE – RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 646/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Objeto

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva da rede elétrica, incluindo adequação completa da infraestrutura elétrica, execução de reformas em pontos críticos, redimensionamento do sistema, fornecimento integral de materiais, equipamentos, peças e mão de obra, para atender às necessidades do prédio da Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste/RO, por meio da Secretaria Municipal de Administração e Finanças – SEMAF.

1.2 Natureza do objeto

Serviço comum de engenharia elétrica com fornecimento de materiais.

1.3 Forma de contratação

Dispensa eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso I da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço de engenharia dentro do limite legal vigente.

1.4 Critério de Julgamento

A contratação será realizada pelo critério de MENOR VALOR GLOBAL, sendo que:

1.4.1 A proposta deverá contemplar todos os itens e serviços descritos neste Termo de Referência;

1.4.2 Não será admitida contratação por item;

1.4.3 O licitante vencedor será aquele que apresentar o menor valor global para execução integral do objeto;

1.4.4 A execução será de responsabilidade de uma única empresa, vedada a fragmentação da contratação.

2. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO



2.1 A presente contratação não consta no Plano de Contratações Anual (PCA), sendo decorrente de demanda superveniente. Ressalta-se que, conforme análise realizada no Estudo Técnico Preliminar, a solução adotada foi a alternativa mais adequada identificada no levantamento de mercado, considerando aspectos técnicos, econômicos e operacionais para atendimento da necessidade identificada, devido ao risco operacional, com impossibilidade de previsão anterior.

2.2 A contratação enquadra-se como serviço comum de engenharia, sendo passível de dispensa eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, em razão do valor estimado estar dentro do limite legal e da natureza padronizada dos serviços.

2.3 A adoção da dispensa eletrônica justifica-se pela necessidade de celeridade diante do risco na infraestrutura elétrica, assegurando eficiência, economicidade e transparência na contratação.

2.4 Adota-se o critério de menor valor global, tendo em vista que os serviços envolvem execução integrada, com fornecimento de materiais e mão de obra interdependentes. A contratação por lote único assegura compatibilidade técnica, responsabilidade única e adequada execução do objeto, evitando falhas decorrentes de fragmentação.

3. FUNDAMENTO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A presente contratação decorre de necessidade devidamente caracterizada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), nos termos do art. 6º inciso XX, da Lei nº 14.133/2021.

3.2 Após avaliação técnica, constatou-se que:

3.2.1 A infraestrutura elétrica atual encontra-se subdimensionada;

3.2.2 O consumo energético ultrapassa a capacidade nominal do sistema;

3.2.3 Há risco iminente de falhas, sobrecarga e acidentes.

3.3 Diante disso, recomenda-se intervenção imediata, incluindo:

3.3.1 Redimensionamento de condutores;

3.3.2 Atualização do quadro geral;

3.3.3 Substituição de dispositivos de proteção e componentes obsoletos;

3.3.4 Adequação do padrão de entrada.

3.4 A contratação possui caráter urgente, visando garantir a segurança e continuidade dos serviços públicos.

3.5 Destaca-se também que o município não dispõe de equipe técnica própria e suficiente com qualificação específica em serviços elétricos, nem de estrutura operacional para execução dos serviços, o que torna a contratação imprescindível e inadiável.



4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 Com base no levantamento de mercado realizado no ETP, concluiu-se que a solução mais vantajosa é a contratação de empresa especializada com atuação integrada, considerando a readequação completa do sistema elétrico predial, com os seguintes serviços, levantados após realização de visita técnica:

4.1.1 Novo padrão trifásico de entrada (Norma NDU 001 - Energisa): instalação de novo padrão de entrada na categoria T5 (Trifásico), incluindo projeto, poste, caixa de medição e aterramento, visando a regularização técnica e o atendimento a nova demanda energética instalada;

4.1.2 Cabos de entrada: Divisão de carga por circuitos de entrada independente para os quadros de distribuição para suportar carga total do prédio;

4.1.3 Quadro geral de distribuição e ar condicionado: realização de retrofit no quadro existente para otimização dos componentes atuais e instalação de um quadro auxiliar de sobrepor para ar-condicionado. Esta expansão é necessária para atender exclusivamente a demanda do sistema de climatização, garantindo a correta dissipação térmica e organização dos circuitos.

4.1.4 Disjuntores de proteção: Instalação de novos disjuntores adequados à carga e substituição de modelos antigos/obsoletos;

4.1.5 Dispositivos de Proteção (DPS): Instalação de protetores contra surto para garantir segurança dos equipamentos e usuários;

4.1.6 Iluminação (Plafons e Lâmpadas) Substituição de alguns plafons que se encontram quebrados e troca de lâmpadas queimadas por novas unidades em LED, reestabelecendo a luminosidade adequada dos ambientes.

4.1.7 Substituição de tomadas embutidas: troca de algumas tomadas antigas embutidas na alvenaria por modelos novos e atualizados, garantindo a padronização e segurança das conexões.

4.1.8 Circuito de tomadas: lançamento de fiação específica para os novos pontos e revisão da fiação das tomadas embutidas, evitando sobrecarga na rede interna.

4.1.9 Infraestrutura:

4.1.9.1 Instalação de infraestrutura interna aparente (eletroduto PVC rígido ¾" Branco Leve) para a criação de novos pontos de energia, onde não há caixas embutidas em apenas duas salas da prefeitura;

4.1.9.2 Instalação de infraestrutura para ar-condicionado;



4.1.9.3 Escavação para tubulação para ramal de quadros de ar-condicionado, quadro geral e servidor container;

4.1.10 Quadro de transferência de cargas: instalação de quadro de transferência para nobreak.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Para fins de habilitação no procedimento de dispensa eletrônica, o fornecedor deverá comprovar:

a) Habilitação jurídica

Comprovação de existência legal da empresa, por meio de ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, quando for o caso, suas alterações.

b) Regularidade fiscal, social e trabalhista

Comprovação de regularidade perante:

- Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor;
- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) Qualificação econômico-financeira

Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

5.2 A contratada deverá atender integralmente aos requisitos de técnicos, legais e operacionais abaixo, sob pena de desclassificação ou rescisão contratual:

5.2.1 Qualificação técnica e profissional

- a) A contratada deverá comprovar que possui atividade econômica compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação do cartão do CNPJ atualizado e do respectivo ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrado;
- b) Indicar responsável técnico devidamente habilitado (engenheiro eletricista ou profissional legalmente competente para execução dos serviços contratados);
- c) Comprovar capacidade técnico-operacional, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica compatível(is) com o objeto da contratação;
- d) Comprovar vínculo do responsável técnico com a empresa (contrato social, vínculo empregatício ou contrato de prestação de serviços);



5.2.2 Responsabilidade técnica

- a) Emitir Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente à execução dos serviços;
- b) Assumir integral responsabilidade pela execução técnica, segurança e qualidade dos serviços;

5.2.3 Conformidade normativa

- a) Executar os serviços em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente:
 - ABNT NBR 5410 (Instalações elétricas de baixa tensão);
 - Normas da concessionária de energia (ex: padrão de entrada – Energisa);
 - Norma Regulamentadora NR-10 (Segurança em instalações e serviços em eletricidade);
- b) Atender às boas práticas de engenharia elétrica e segurança do trabalho;

5.2.4 Execução dos serviços

- a) Fornecer integralmente todos os materiais, equipamentos, ferramentas e insumos necessários à execução do objeto;
- b) Utilizar materiais novos, de primeira qualidade e em conformidade com normas técnicas;
- c) Garantir que os componentes instalados sejam compatíveis com a carga elétrica dimensionada;
- d) Realizar redimensionamento de condutores, quadros e dispositivos de proteção conforme diagnóstico técnico;

5.2.5 Equipe técnica

- a) Disponibilizar equipe técnica qualificada, com profissionais treinados e capacitados para serviços em eletricidade;
- b) Garantir que os profissionais utilizem Equipamentos de Proteção Individual – EPI e sigam normas de segurança;
- c) Manter supervisão técnica durante toda a execução dos serviços;

5.2.6 Segurança e responsabilidade

- a) Cumprir rigorosamente as normas de segurança do trabalho;
- b) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros durante



- a execução dos serviços contratados;
c) Garantir a integridade das instalações durante e após a execução;

5.2.7 Testes, comissionamento e entrega

- a) Realizar testes de carga, funcionamento e segurança após a execução;
b) Apresentar relatório técnico final contendo:
- I. Serviços executados;
 - II. Materiais utilizados;
 - III. Resultados dos testes;
- c) Entregar o sistema em pleno funcionamento e em condições seguras de operação;

5.2.8 Garantia

- a) Garantir os serviços executados pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses;
b) Substituir, sem ônus, qualquer material ou serviço que apresente defeito nesse período;

5.2.9 Regularidade jurídica e fiscal

- a) Manter regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a execução contratual;
b) Atender às exigências da Lei nº 14.133/2021 quanto à habilitação e execução contratual;

5.2.10 Sustentabilidade e boas práticas

- a) Realizar o descarte adequado de resíduos elétricos (cabos, componentes, etc.);
b) Adotar práticas que minimizem impactos ambientais;

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 A execução dos serviços deverá ocorrer de forma integrada, contínua e sequencial, sendo o prazo de execução dos serviços em no máximo 30 dias, conforme planejamento técnico e cronograma aprovado pela Administração, observando as normas técnicas aplicáveis, especialmente a NBR 5410 e a NR-10.

6.2 Manutenção corretiva imediata;

6.2.1 Redimensionamento da rede;

6.2.2 Execução de infraestrutura elétrica

6.2.3 Instalação de quadros e sistemas de proteção;

6.2.4 Testes e comissionamento final.



7. ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO

A execução compreenderá os seguintes blocos:

7.1 Infraestrutura elétrica interna

Tomadas, iluminação, cabos, eletrodutos e retrofit.

7.2 Quadro de ar-condicionado

Distribuição elétrica específica para climatização.

7.3 Padrão de entrada

Adequação completa conforme normas da concessionária.

7.4 Sistema nobreak / container

Quadro de comando e transferência.

7.5 Quadro de derivação

Distribuição geral de cargas.

7.6 Infraestrutura geral

Rede subterrânea, eletrocalhas, aterramento e interligações.

7.7 A disputa será realizada através do item global:

Item	Descrição	Unidade	Valor
1	Contratação de empresa especializada para serviços de manutenção e adequação da rede elétrica com fornecimento integral de materiais, equipamentos, peças e mão de obra.	Serviço	R\$74.335,63

7.8 A execução dos serviços observará os itens de materiais e mão de obra constantes na tabela de referência, utilizados como base para formação do valor estimado da contratação, conforme cotações de mercado que demonstram a compatibilidade e a exequibilidade do valor global. Assim, resta comprovado que o valor proposto é suficiente para a execução integral do objeto, incluindo fornecimento de materiais e mão de obra. A contratação será realizada por valor global, e não por itens, em razão da necessidade de integração técnica dos serviços e da garantia de maior eficiência, segurança e compatibilidade na execução, conforme a tabela a seguir:

ORÇAMENTO 1: INFRAESTRUTURA E ELÉTRICA INTERNA					
ITEM	PRODUTO/SERV.	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL



1	INTERRUPTOR DE EMBUTIR 2 TECLA + TOMADA COM PLACA 10A LIZ BRANCO IGUAL OU SUPERIOR TRAMONTINA	UNID	1	25,35	25,35
2	INTERRUPTOR DE EMBUTIR 1 TECLA + TOM C/PL 10A LIZ BRA IGUAL OU SUPERIOR TRAMONTINA	UNID	1	21,36	21,36
3	LAMPADA LED 40W BULB HP 6500K E27 MK3200	UNID	20	22,75	455,00
4	TOMADA DUPLA DE EMBUTIR COM PLACA 2P+T 10A – IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA	UNID	10	20,54	205,40
5	TOMADA DE EMBUTIR COM PLACA TRIPLA 2P+T 10A LIZ BRANCA - IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA	UNID	25	32,22	805,50
6	PLAFON C/ SOQUETE LOUCA BRANCO 100W	UNID	20	8,20	164,00
7	FITA ISOLANTE 18MM X 20MT – IGUAL OU SUPERIOR A IMPERIAL	UNID	10	12,77	127,70
8	ELETRODUTO PVC RIGIDO 3/4 BRANCO 3 METROS	UNID	15	35,00	525,00
9	CAIXA DE SOBREPOR C/TAMPA P/MODULO 2POSTO LIZFLEX BRANCO – IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA	UNID	10	12,00	120,00
10	MODULO LUX2/LIZ P/ TOM 2P+T 10A BRANCO	UNID	50	11,20	560,00
11	CONECTOR BOX RETO PVC BRANCO 3/4"	UNID	25	4,60	115,00
12	ABRACADEIRA TIPO D C/CUNHA 0 3/4	UNID	50	3,57	178,50
13	CABO FLEXIVEL 2.5MM 750V PRETO	Metros	200m	4,10	820,00
14	BUCHA PLASTICA U-FU N 6 CINZA C/1000PCS	UNID	200	0,19	38,00
15	PARAFUSO PHILIPS 05X35	UNID	500	0,20	100,00
16	JOELHO 3/4 C/ TAMPA ELETRODUTO PVC BR 90° GRAUS	UNID	10	7,95	79,50



17	CANALETA 2MTS FECH BR 20X10MM C/FITA ADESIVA	UNID	10	11,00	110,00
18	MÃO DE OBRA: Infraestrutura e elétrica para tomadas sobrepor para 2 salas, substituição de lâmpadas queimadas, tomadas e plafons, mão de obra retrofit do quadro existente.	SERVIÇO	1	4.600,00	4.600,00

VALOR TOTAL: R\$ 9050,31

ORÇAMENTO 2: QUADRO DO AR CONDICIONADO

ITEM	PRODUTO/SERV.	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
19	QUADRO DE DIST. SOB. 34 DIN COM BARRAMENTO TRIFASICO DIN 150A	UNID	1	1200,00	1200,00
20	DISJUNTOR DIN BIPOLAR 10A 3KA NXB-63C (Ar 12.000 Btu)	UNID	6	35,00	210,00
21	DISJUNTOR DIN BIPOLAR 16A 3KA NXB-63C (Ar 18.000 Btu)	UNID	2	35,50	71,00
22	DISJUNTOR DIN BIPOLAR 20A 3KA NXB-63C (Ar 24.000 Btu)	UNID	3	37,50	112,50
23	DISJUNTOR DIN TRIPOLAR 20A 3KA NXB-63C (Ar 60.000 Btu)	UNID	1	53,80	53,80
24	DISJUNTOR DIN TRIPOLAR 100A 10KA SD3 – IGUAL OU SUPERIOR A STECK (Geral)	UNID	1	170,00	170,00
25	CONECTOR RETO P/CONDULETE C/ROSCA 1.1/2 ALUMINIO – IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA	UNID	10	20,00	200,00
26	TERMINAL TIPO PINO ISOLADO 2.5 (TPP 12)	UNID	50	0,98	49,00
27	TERMINAL TIPO PINO ISOLADO 6 (TPP 12)	UNID	50	1,50	75,00
28	TERMINAL TIPO OLHAL ISOLADO 1.5 A 2.5MM	UNID	50	1,10	55,00
29	DISJUNTOR DIN UNIPOLAR 10A 3KA SD61	UNID	5	18,00	90,00
30	MÃO DE OBRA	SERVIÇO	1	1.500,00	1.500,00

VALOR TOTAL: R\$ 3.786,30

ORÇAMENTO 3: PADRÃO MEDIÇÃO DIRETA (READEQUAÇÃO DO PADRÃO DE ENTRADA SEM RAMAL DE SAÍDA DO PADRÃO)

ITEM	PRODUTO/SERV.	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
31	CAIXA DE MEDIÇÃO DIRETA	UNID	1	1.850,00	1.850,00
32	ELETRODUTO GALVANIZADO 2"	UNID	2	255,00	510,00
33	CURVA 2"	UNID	3	180,00	540,00
34	CABEÇOTE	UNID	1	35,00	35,00
35	ABRACADEIRA UNIVERSAL ACO CARBONO KIT 3PCS – IGUAL OU SUPERIOR A SUPRENS	UNID	2	68,00	136,00



36	CABO 70MM	Metros	30	130,00	3.900,00
37	CABO COBRE NU 35MM	Metros	10	74,39	743,90
38	CONECTOR BIMETALICO 2P	UNID	4	38,00	152,00
39	CONECTOR TCM 70MM	UNID	8	45,00	360,00
40	DISJUNTOR CAIXA MOLDADA 150ª	UNID	1	450,00	450,00
41	CABO 35MM NEUTRO	Metros	6	64,00	384,00
42	CONECTOR TCM 35MM	UNID	4	25,00	100,00
43	TERMINAL OLHAL 70MM	UNID	4	13,00	52,00
44	TERMINAL OLHAL TUBULAR COBRE TF 35	UNID	4	7,50	30,00
45	HASTE DE ATERRAMENTO (12,00MM) 5/8 X 2 40MTS CONECTOR P/HASTE TERRA DUPLO C/PARAF 5/8	UNID	3	64,25	192,75
46	CAIXA DE INSPECAO P/PADRAO N1 200X232MM	UNID	3	22,00	66,00
47	ROLDANA 72X72 LOUCA PRESBOW	UNID	1	12,00	12,00
48	ARMACAO P/PADRAO 1 POLO 3/16 PESADA ELET	UNID	1	35,90	35,90
49	PARAF P/MAQ M16 2,0X175 C/PORCA QUADRADA	UNID	1	16,00	16,00
50	BOX RETO 2"	UNID	3	28,50	85,50
51	POSTE P/ PADRÃO DE ENTRADA DUPLO T 7/300 daN 7mt	UNID	1	1.300,00	1.300,00
52	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS (DPS) 175V 20KA	UNID	3	82,00	246,00
53	MÃO DE OBRA: Mureta, projeção e execução.	SERVIÇO	1	6.000,00	6.000,00
VALOR TOTAL: R\$ 17.197,05					

ORÇAMENTO 4: NOBREAK CONTAINER

ITEM	PRODUTO/SERV.	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
54	QUADRO DE COMANDO 500X400X200 – IGUAL OU SUPERIOR A MORATORI (Quadro 50x60)	UNID	1	543,97	543,97
55	KIT BARRAMENTO	UNID	1	468,00	468,00
56	CHAVE DE TRANSFERENCIA	UNID	1	565,00	565,00
57	CANALETA ABERTA 30X50X2MT CZ	UNID	1	65,00	65,00
58	TERMINAL TIPO PINO ISOLADO 6 (TPP 12)	UNID	15	1,50	22,50
59	TERMINAL TIPO PINO ISOLADO 16MM (TPP 16)	UNID	15	2,50	37,50
60	TERMINAL TIPO PINO ISOLADO 10MM (TPP 15)	UNID	15	2,26	33,90
61	TERMINAL TIPO OLHAL ISOLADO 6MM FURO 4,3	UNID	15	1,50	22,50



62	TERMINAL TIPO OLHAL ISOLADO 10MM	UNID	20	1,75	35,00
63	TERMINAL TIPO OLHAL TUBULAR ISOLADO 16MM	UNID	20	2,50	50,00
64	ILUMINAÇÃO E LUZ DE COMANDO PARA O QUADRO	UNID	1	70,00	70,00
65	DISJUNTOR DIN BIPOLAR 16A 3KA NXB-63C	UNID	2	35,50	71,00
66	DISJUNTOR DIN BIPOLAR 32A 3KA NXB-63C	UNID	1	38,50	38,50
67	DISJUNTOR DIN BIPOLAR 16A 3KA NXB-63C	UNID	1	35,50	35,50
68	DISJUNTOR TRIPOLAR 32A	UNID	1	65,00	65,00
69	MÃO DE OBRA	SERVIÇO	1	2.000,00	2.000,00

VALOR TOTAL: R\$ 4.123,37

ORÇAMENTO 5: QUADRO BARRAMENTO DE DERIVAÇÃO DE CARGAS PARA OS QUADROS (QGD), (QD-AR) E CONTAINER DO SERVIDOR

ITEM	PRODUTO/SERV.	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
70	QUADRO DE COMANDO 500X400X200 – IGUAL OU SUPERIOR A MORATORI	UNID	1	460,00	460,00
71	KIT BARRAMENTO	UNID	1	720,00	720,00
72	CONECTOR RETO P/CONDULETE C/ROSCA 1.1/2 ALUMINIO – IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA	UNID	4	23,00	92,00
73	MÃO DE OBRA	SERVIÇO	1	1100,00	1100,00

VALOR TOTAL: R\$ 2.372,00

ORÇAMENTO 6: INFRAESTRUTURA, DISTRIBUIÇÃO, PROTEÇÃO E NOBREAK

ITEM	PRODUTO/SERV.	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
74	QUADRO BARRAMENTO DE DERIVAÇÃO DE CARGAS PARA OS QUADROS (QGD), (QD-AR) E CONTAINER DO SERVIDOR	UNID	1	ORÇAMENTO 5	ORÇAMENTO 5
75	DUTO CORRUGADO 2"	Metros	100	11,57	1.157,00
76	CONECTOR P/HASTE TERRA DUPLO C/PARAF 5/8	UNID	4	12,00	48,00
77	HASTE DE ATERR (12,00MM) 5/8 X 2 40MTS	UNID	4	64,25	257,00
78	MASSA DE CALAFETAR 350G	UNID	3	16,00	48,00
79	CABO DE COBRE NU 35MM ATERRAMENTO DO PRÉDIO	UNID	10	74,38	743,80
80	RAMAL AR CONDICIONADO CABO FLEXÍVEL 25MM	Metros	120	58,05	6.966,00
81	CABO FLEXIVEL 10MM VERDE ATERRAMENTO	Metros	50	16,70	835,00
82	CAIXA DE INSPECAO P/PADRAO N2 300X400MM	UNID	2	150,00	300,00
83	ELETRODUTO ROSCAVEL 1.1/2 PVC RIGIDO	UNID	10	60,00	600,00



ALTA FLORESTA D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

84	LUVA P/ELETRODUTO 1 1/2	UNID	20	10,00	200,00
85	CURVA 90G P/ELETRODUTO 1 1/2 LONGA	UNID	10	13,40	134,00
86	ABRACADEIRA TIPO D C/CUNHA 1 1/2 – IGUAL OU SUPERIOR A INCA	UNID	10	10,00	100,00
87	PARAFUSO PHILIPS 05X35	UNID	100	0,20	20,00
88	BUCHA PLASTICA U-FU N 8 CINZA C/1000PCS	UNID	100	0,30	30,00
89	ELETROCALHA U PERFURADA 50X50X300	UNID	20	100,00	2.000,00
90	PARAFUSO LENTILHA 1/4X1/2	UNID	200	0,80	160,00
91	POLCA ZINCADA SEXT ¼ X 5/16	UNID	100	0,50	50,00
92	QUADRO DE DIST. SOB. 34 DIN COM BARRAMENTO TRIFASICO DIN 100A (QUADRO AR CONDICIONADO MONTADO)	UNID	1	ORÇAMENTO 2	ORÇAMENTO 2
93	CABO FLEXIVEL 2 5MM 750V PRETO	Metros	800	4,10	3.280,00
94	ELETRODUTO ROSCAVEL 1 PVC RIGIDO	Metros	40	40,00	1.600,00
95	CAIXA DE PASSAGEM 1" COM TAMPA	UNID	30	19,80	594,00
96	CONECTOR RETO P/CONDULETE S/ROSC 1 AL	UNID	100	5,50	550,00
97	PRENSA CABO 3/4 ROSCA BSP 13-18MM CINZA	UNID	50	9,50	475,00
98	QUADRO DE COMANDO (PARA O SERVIDOR CONTAINER – NOBREAK – MONTADO)	UNID	1	ORÇAMENTO 4	ORÇAMENTO 4
99	CABO FLEXIVEL 16MM 750V COBRECOM/CORFIO/SIL PRETO - RAMAL DO SERVIDOR CONTAINER (LIMITE DE 50 METROS DE DISTANCIA DO PADRAO)	Metros	240	27,47	6592,80
100	ABRACADEIRA TIPO D C/CUNHA 1	UNID	100	5,00	500,00
101	BARRA ROSCADA UNC ZINCADA 1/4	UNID	30	5,80	174,00
102	POLCA ZINCADA SEXT 1/4 X 5/16	UNID	200	0,33	66,00
103	ARRUELA LISA 1/4"	UNID	200	0,33	66,00
104	GANCHO VERTICAL PARA ELETROCALHA 100X50	UNID	20	6,50	260,00
105	MÃO DE OBRA: Infraestrutura subterrânea dos ramais e aterramento, infraestrutura e cabos do ar condicionado, elétrica interna do container servidor.	SERVIÇO	1	10.000,00	10.000,00
VALOR TOTAL: R\$37.806,60					
VALOR TOTAL DOS ORÇAMENTOS: R\$74.335,63					



7.9 O preço global ofertado deverá ser compatível com os valores praticados no mercado, podendo ser submetido à análise de exequibilidade pela Administração, nos termos do art. 59, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

7.9.1 Na hipótese de apresentação de proposta ou lance com valor significativamente inferior aos preços referenciais estimados pela Administração ou aos valores usualmente praticados no mercado, o licitante poderá ser instado a demonstrar a exequibilidade de sua proposta, mediante apresentação de planilha detalhada de composição de custos, conforme modelo constante em anexo a este Termo de Referência.

7.9.2 A planilha deverá contemplar todos os insumos, materiais, equipamentos, mão de obra, encargos sociais, tributos, despesas indiretas, custos operacionais e demais elementos necessários à plena execução dos serviços de engenharia objeto da contratação, de forma a comprovar a viabilidade econômica da proposta apresentada e a capacidade do licitante de cumprir integralmente as obrigações contratuais pelo valor ofertado.

7.9.3 A não apresentação da documentação comprobatória solicitada, ou a constatação de inexecuibilidade da proposta, poderá ensejar a desclassificação da proposta, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8. JUSTIFICATIVA DO CRITÉRIO GLOBAL

8.1 A adoção do critério de julgamento por valor global se justifica em razão da natureza técnica e integrada do objeto, que envolve a execução simultânea e interdependente de serviços de engenharia elétrica, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra especializada.

A opção pelo valor global é indispensável pelos seguintes fundamentos:

8.2 Integração técnica dos sistemas

Os serviços a serem executados compõem um único sistema elétrico integrado, envolvendo padrão de entrada, quadros de distribuição, infraestrutura interna e externa, proteção, aterramento e redimensionamento de carga, sendo tecnicamente inviável sua execução de forma fragmentada sem prejuízo ao funcionamento do conjunto.

8.3 Compatibilidade elétrica e segurança operacional

A correta operação da rede elétrica depende da perfeita compatibilização entre todos os seus componentes. A contratação global assegura que os materiais, equipamentos e



serviços sejam dimensionados de forma coordenada, evitando sobrecargas, incompatibilidades técnicas e riscos de falhas.

8.4 Responsabilidade técnica única

A contratação de uma única empresa garante a atribuição de responsabilidade técnica integral sobre a execução dos serviços, com emissão de ART única ou integrada, facilitando a fiscalização, o controle e a responsabilização por eventuais falhas.

9. PRAZO DE VIGÊNCIA

9.1 Prazo de execução: conforme cronograma aprovado pela administração.

9.2 O prazo de vigência da contratação será vinculado a execução dos serviços, contados a partir da data de assinatura do contrato.

9.3 O prazo de execução dos serviços será de 30 (trinta) dias para sua conclusão total, podendo haver possibilidade de prorrogação em paralisações justificadas, como chuvas ou atraso de energia.

9.4 Devendo, mesmo após a finalização dos serviços, haver o prazo de garantia e eventuais ajustes relativos as peças e aos serviços executados de 6 (seis) meses.

10. VALOR ESTIMADO

10.1 O valor estimado da contratação foi realizado com base em pesquisa de preços, em 03 (três) cotações, com a menor cotação no valor de **R\$ R\$74.335,63 (setenta e quatro mil e trezentos e trinta e cinco reais e sessenta e três centavos)** compatível com os preços praticados no mercado e com base no menor valor gerado pelo sistema Elotech.

10.2 Justificativa: valor compatível com o mercado e suficiente para a execução integral do serviço.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cabe à contratada:

11.1. Executar integralmente o objeto, conforme especificações e orientações da fiscalização;

11.2. Fornecer materiais, equipamentos e mão de obra, garantindo qualidade e conformidade técnica;

11.3. Assegurar qualidade e segurança, atendendo às normas técnicas e de segurança do trabalho;

11.4. Emitir ART e manter responsável técnico, acompanhando toda a execução dos serviços;



- 11.5. Corrigir falhas ou defeitos, às suas expensas, no prazo estabelecido;
- 11.6. Cumprir normas de segurança, com fornecimento de EPIs e medidas preventivas;
- 11.7. Zelar pelo patrimônio público, reparando danos causados durante a execução;
- 11.8. Manter o local organizado e limpo, com descarte adequado de resíduos;
- 11.9. Permitir e apoiar a fiscalização, prestando informações quando solicitado;
- 11.10. Comunicar intercorrências relevantes, que possam impactar a execução;
- 11.11. Realizar testes e entrega técnica final, garantindo funcionamento adequado;
- 11.12. Cumprir prazos estabelecidos, conforme cronograma aprovado;
- 11.13. Responder por danos causados, à Administração ou a terceiros.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Cabe à contratante:

- 12.1. Designar fiscal do contrato, responsável pelo acompanhamento e verificação dos serviços;
- 12.2. Fornecer informações e acesso às instalações, necessárias à execução dos serviços;
- 12.3. Acompanhar e fiscalizar a execução, registrando ocorrências e orientando a contratada;
- 12.4. Aprovar medições e relatórios técnicos, conforme etapas executadas;
- 12.5. Efetuar os pagamentos, nos prazos e condições estabelecidos;
- 12.6. Comunicar formalmente irregularidades, para que sejam sanadas;
- 12.7. Assegurar condições adequadas de trabalho, no local de execução;

13. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 13.1 A gestão e a fiscalização do contrato serão realizadas por servidores designados pela Administração Municipal.
- 13.2 O gestor e o fiscal do contrato deverão cumprir suas atribuições legais e regulamentares, acompanhando a execução contratual, zelando pelo fiel cumprimento do objeto e adotando as providências necessárias em caso de irregularidades, conforme previsto nos termos dos arts. 117 e 120 da Lei nº 14.133/2021.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 Unidade orçamentaria: Sec. Municipal de Administração e Finanças

14.1.1 Programa: Manutenção das Atividades



14.1.2 Projeto/Atividade: 2004

14.1.3 Elemento de despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

15. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Até 30% (trinta por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do termo de referencia, prioritariamente prazo de entrega.

15.2 A CONTRATADA convocada dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à administração municipal pelo infrator:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

16. DO PAGAMENTO

16.1 A Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste - RO se compromete a efetuar o pagamento em duas etapas, condicionado à medição e atesto dos serviços pela fiscalização, sendo a primeira após a execução parcial e a segunda após a conclusão total da contratação.

I. A primeira etapa, após a execução parcial dos serviços e atesto do servidor designado pela administração para acompanhamento da execução dos serviços;

II. A segunda, correspondente ao saldo remanescente, após a conclusão total do objeto e sua aceitação definitiva pela Administração.

16.2 Todas as notas fiscais emitidas deverão conter em local de fácil visualização, a indicação do número da Nota de Empenho e os Dados Bancários da empresa.



16.3 A nota fiscal que não estiver de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência não será aprovada e será devolvida para as necessárias correções, oportunidade em que será sobrestado o processo de pagamento até que sejam corrigidos os problemas apontados.

16.4 A Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste – RO efetuará o pagamento da nota fiscal, depois de cumpridas as condições de pagamento supracitadas, sendo efetuado a retenção da fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

16.5 Todos os pagamentos estão sujeitos à ordem cronológica de pagamento instituída pela Administração Municipal

16.6 Ressalva-se que para efeito de comprovação deverá ser realizada a apresentação do relatório de execução dos serviços e assinado pelo chefe ou encarregado e pelo respectivo Secretário da pasta, a ser entregue juntamente com a Nota Fiscal e demais certidões ao Departamento Financeiro.

Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

I - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT emitida pelo INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social, devidamente atualizada;

II - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -FGTS fornecido pela CEF - Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado;

III - Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio da Licitante.

IV - Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da União, devidamente atualizada;

V - Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio da Licitante.

17. IMPACTOS AMBIENTAIS

17.1 A execução dos serviços de manutenção e adequação elétrica poderá gerar impactos ambientais pontuais e temporários, especialmente relacionados à geração de resíduos de construção civil, substituição de materiais elétricos e eventuais intervenções em infraestrutura predial.

17.2 A CONTRATADA deverá adotar medidas de prevenção, controle e mitigação dos impactos ambientais, incluindo o manejo adequado dos resíduos gerados, com destinação final ambientalmente correta, em conformidade com a legislação ambiental vigente e normas técnicas aplicáveis.



17.3 Deverão ser observadas práticas de uso racional de materiais e recursos, evitando desperdícios, bem como a adoção de técnicas que minimizem intervenções desnecessárias na estrutura física do prédio.

17.4 A CONTRATADA deverá garantir a limpeza e organização das áreas de intervenção durante e após a execução dos serviços, assegurando a preservação do ambiente de trabalho e das instalações públicas.

17.5 Sempre que aplicável, deverão ser priorizados materiais e equipamentos com maior eficiência energética e menor impacto ambiental, contribuindo para a sustentabilidade da edificação pública.

17.6 As lâmpadas, baterias e demais eventuais componentes elétricos substituídos deverão ser coletados e destinados de forma ambientalmente adequada, por meio de empresas licenciadas e sistemas de logística reversa, sendo vedado o descarte em lixo comum.

18. LOCAL E DATA, ASSINATURA DO ÓRGÃO INTERESSADO E DO ORDENADOR DE DESPESAS.

Alta Floresta D'Oeste, 20 de abril de 2026.

Autorizo na Forma da Lei,

CLEBER DA SILVA ASSIS

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

GIOVAN DAMO

Prefeito Municipal

Este termo foi elaborado por:

Amanda S. S. Fernandes / Matrícula: 6027



ANEXO II

Item	Descrição	Unidade	Valor
1	Contratação de empresa especializada para serviços de manutenção e adequação da rede elétrica com fornecimento integral de materiais, equipamentos, peças e mão de obra.	Serviço	R\$74.335,63

ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO (Modelo de Proposta)

Declaramos que a validade desta proposta é de ____ (_____) dias a contar da data de sua entrega.

1. Declaramos expressamente que, no (s) preço (s) acima ofertado (s), estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes, seguros e etc.
2. Declaramos que estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.
3. Prazo da Aquisição: () dias corridos, contado a partir da retirada da respectiva Ordem de Fornecimento.
5. Informamos ainda que a conta bancária da empresa é no Banco _____, Nº _____, Agência _____, e o nosso telefone para contato é _____, fax _____ e e-mail.

Atenciosamente,

....., ____ de _____ de _____.

Diretor ou representante legal



MINUTA DO CONTRATO

PROC N.º 00000/2025

DISPENSA ELETRONICA N.º 000/2025

TERMO DE CONTRATO DE Nº ____/_____, QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D OESTE E A
EMPRESA _____.

O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA DOESTE/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede e administração na Av Brasil bairro redondo, nesta cidade e Comarca de Alta Floresta DOeste, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG n.º XXXXXX SSP/RO e CPF/MF n.º XXXXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Alta Floresta DOeste, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado, o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 0xxxxxxx/20xxxxx e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Dispensa Eletrônica nº XXXXXXXXXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a para atender as necessidades da Secretaria Municipal XXXXXXXXXXXXXXX, que serão entregues conforme as condições do anexo do Edital, PELO PERÍODO DE ____ (_____) MESES, estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	UND	QNT.	MARCA	V. UNT	V. TOTAL
TOTAL GERAL							

2 1.4. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: Termo de Referência que embasou a contratação, o Edital da licitação; a Proposta do Contratado; e eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação será a partir da data assinatura por até ____ (_____) meses, prorrogável por até ____ meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)



3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato e Decreto Municipal nº/2025.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor da aquisição é de R\$ XXXXXX (XXXXXX).

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devido encargos moratórios, desde a data limite para pagamento (30 dias após apresentação da nota fiscal) até a data do efetivo pagamento pelo CONTRATANTE, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

Em = Encargos Moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = I/365 \quad I = 6/100/365 \quad I = 0,00016438$

Onde I = taxa percentual anual no valor de 6%

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;



5.4.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.3.1. Previamente a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação;

5.4.3.2. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.3.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.3.4. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.3.5. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.4.3.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.3.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, realizada em

6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e Decreto Municipal nº/2023;



- 7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto ou prestação dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 7.1.7. Cientificar a procuradoria do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 7.1.9. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 7.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.
- 7.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21, se for o caso.
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
- 8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade fiscal, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: a) prova de regularidade perante a Fazenda Municipal (mobiliários), especialmente



quando o proponente possuir domicílio ou sede no município; b) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; c) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

8.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

8.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

8.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

8.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

8.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.



CLÁUSULA DÉCIMA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, o Contratado que praticar qualquer uma das condutas elencadas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

11.2.4. Multa:

a) moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

b) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.2.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.2.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.2.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

11.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)



12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico financeiro.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

12.2.1.1. Ficar ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos e indenizações e multas.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1.: As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos consignados no Orçamento onde o recurso encontra-se na dotação orçamentária: Categoria Econômica n.º 3.3.90.39.00 –

** Poderão ser utilizados recursos de outros projetos/atividade caso houver necessidade*

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA FORO (art. 92, §1º)



•Estado de Rondônia•
PREFEITURA MUNICIPAL DE

ALTA FLORESTA D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Alta Floresta D Oeste para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Alta Floresta D Oeste, ____ de _____ de 2025.

Identificação e assinaturas:

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO